



Sexta-feira, 3 de Janeiro de 2025

I Série – N.º 2

# DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 10.880,00

S U M Á R I O

## Vice-Presidente da República

**Despacho n.º 2/25** ..... 55

Dá por finda a comissão de serviço que Quissaque Vicente Dala vinha exercendo na função de Consultor da Assessoria Económica.

## Ministério da Administração do Território

**Decreto Executivo n.º 6/25** ..... 56

Aprova o Estatuto Orgânico da Administração Municipal de Mbanza Kongo. — Revoga o Decreto Executivo n.º 353/19, de 27 de Novembro.

**Decreto Executivo n.º 7/25** ..... 90

Aprova o Estatuto Orgânico da Administração Municipal do Cuito. — Revoga o Decreto Executivo n.º 22/20, de 16 de Janeiro.

**Decreto Executivo n.º 8/25** ..... 125

Aprova o Estatuto Orgânico da Administração Municipal de Cabinda. — Revoga o Decreto Executivo n.º 381/19, de 6 de Dezembro.

**Decreto Executivo n.º 9/25** ..... 159

Aprova o Estatuto Orgânico da Administração Municipal do Soyo. — Revoga o Decreto Executivo n.º 348/19, de 26 de Novembro.

**Decreto Executivo n.º 10/25** ..... 194

Aprova o Estatuto Orgânico da Administração Municipal do Sambizanga. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

**Decreto Executivo n.º 11/25** ..... 229

Aprova o Estatuto Orgânico da Administração Municipal da Maianga. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

**Decreto Executivo n.º 12/25** ..... 264

Aprova o Estatuto Orgânico da Administração Municipal da Samba. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

# MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

## Decreto Executivo n.º 13/25

de 3 de Janeiro

Considerando que o Instituto Superior Politécnico Tundavala é uma Instituição de Ensino Superior Privada vocacionada para ministrar cursos de formação graduada e pós-graduada, nos termos do disposto no artigo 29.º do Decreto Presidencial n.º 310/20, de 7 de Dezembro;

Tendo em conta que, após apreciação do processo documental inerente à criação de cursos de pós-graduação e consequente vistoria às instalações do Instituto Superior Politécnico Tundavala, se constatou que esta Instituição Privada de Ensino Superior preenche os pressupostos legais para que nela seja, formalmente, criado o Curso de Especialização em Educação para a Saúde;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com os n.ºs 1 e 3 do Despacho Presidencial n.º 289/17, de 13 de Outubro, e com a alínea e) do artigo 19.º do Decreto Presidencial n.º 310/20, de 7 de Dezembro, determino:

### ARTIGO 1.º

#### (Criação do curso)

É criado o Curso de Especialização em Educação para a Saúde, no Instituto Superior Politécnico Tundavala, não conferente de grau académico.

### ARTIGO 2.º

#### (Aprovação do Plano de Estudos)

1. É aprovado o Plano de Estudos do Curso de Especialização em Educação para a Saúde, constante do anexo ao presente Diploma e que dele é parte integrante.

2. O Plano de Estudos referido no número anterior é realizado num total de 60 Unidades de Créditos, equivalente a 900 horas de actividades lectivas, durante um ciclo de formação de 1 ano.

### ARTIGO 3.º

#### (Corpo docente)

O Curso de Especialização em Educação para a Saúde é assegurado por um corpo docente maioritariamente em regime de tempo integral e de exclusividade, com o grau académico de Mestre e Doutor, de acordo com a legislação vigente no Subsistema de Ensino Superior.

ARTIGO 4.º  
**(Perfil de entrada)**

1. Os candidatos ao Curso de Especialização em Educação para a Saúde devem possuir uma Licenciatura ou equivalente em Psicologia Clínica, Medicina, Enfermagem, Fisioterapia, Farmácia e Serviços Sociais e outras áreas afins, com uma média igual ou superior a 12 valores.

2. Os candidatos que não preencham o perfil referido no número anterior podem inscrever-se no Curso de Especialização, desde que apresentem um currículo relevante e compatível com os objectivos do curso e o Plano de Estudos, sujeito à aprovação pela Comissão Científica do Curso.

ARTIGO 5.º  
**(Concessão do Certificado de Especialização)**

A concessão do Certificado de Especialização em Educação para a Saúde pressupõe:

- a) A frequência e a aprovação nas Unidades Curriculares que integram as actividades académicas presenciais do Curso de Especialização;
- b) A frequência e aprovação no Estágio Supervisionado e apresentação do Relatório Final.

ARTIGO 6.º  
**(Perfil de saída)**

Após a conclusão do Curso de Especialização em Educação para a Saúde o diplomado adquire um perfil de saída em que reúne, entre outras, as seguintes competências:

- a) Desenvolver e implementar programas de educação em saúde, visando a promoção da saúde e a prevenção de doenças nas comunidades;
- b) Planificar actividades educativas e de capacitação, adaptando estratégias de ensino para diferentes grupos etários e contextos sociais;
- c) Avaliar a eficácia de programas de educação em saúde através de indicadores de saúde e *feedback* dos participantes para melhoria contínuas;
- d) Fomentar a conscientização sobre questões de saúde pública, abordando temas como prevenção de doenças, nutrição, saúde mental e sexualidade;
- e) Utilizar métodos e técnicas de ensino-aprendizagem adequados para a educação em saúde, promovendo a participação activa dos aprendizes;
- f) Trabalhar em equipas multidisciplinares da saúde e da educação para abordar, de forma integral, as necessidades de saúde das comunidades;
- g) Promover a saúde em ambientes comunitários, escolares e institucionais através de campanhas de conscientização e acções de mobilidade social;
- h) Apoiar a formação de líderes comunitários e agentes de saúde, capacitando- os para multiplicar o conhecimento em suas comunidades;
- i) Gerir projectos e iniciativas de educação para a saúde, assegurando que os recursos sejam utilizados de maneira eficiente e eficaz.

## ARTIGO 7.º

**(Campo de actuação)**

A Especialização em Educação para a Saúde deve, dentre outros campos de actuação, desenvolver a sua actividade profissional nos seguintes campos:

- a) Hospitais Gerais;
- b) Centros de Saúde;
- c) Centros de Formação e Capacitação.

## ARTIGO 8.º

**(Vigência do curso)**

1. O Curso de Especialização em Educação para a Saúde, ora criado, tem vigência correspondente a um ciclo de formação, nos termos da legislação em vigor no Subsistema de Ensino Superior.

2. O seu Plano de Estudos é inalterável e de cumprimento obrigatório, durante o primeiro ciclo de formação.

## ARTIGO 9.º

**(Número de vagas)**

O Curso de Especialização em Educação para a Saúde criado pelo presente Decreto Executivo tem um número máximo de 30 vagas.

## ARTIGO 10.º

**(Propinas e emolumentos)**

As propinas e os emolumentos para a frequência do Curso de Especialização em Educação para a Saúde são definidos em conformidade com as regras estabelecidas na legislação vigente no Subsistema de Ensino Superior.

## ARTIGO 11.º

**(Avaliação e acreditação do curso)**

O Curso de Especialização em Educação para a Saúde criado pelo presente Decreto Executivo é submetido à avaliação e à acreditação periódica do serviço especializado competente do Departamento Ministerial responsável pela gestão do Subsistema de Ensino Superior, nos termos da lei.

## ARTIGO 12.º

**(Nova edição)**

A ministração de uma nova edição do Curso de Especialização em Educação para a Saúde, no Instituto Superior Politécnico da Tundavala, fica dependente da avaliação positiva do ciclo de formação anterior.

## ARTIGO 13.º

**(Organização e funcionamento do curso)**

A organização e o funcionamento do Curso de Especialização em Educação para a Saúde obedecem ao disposto no presente Decreto Executivo e no respectivo Regulamento.

ARTIGO 14.º  
**(Dúvidas e omissões)**

As dúvidas e omissões resultantes da aplicação e interpretação do presente Diploma são resolvidas pelo Titular do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação.

ARTIGO 15.º  
**(Entrada em vigor)**

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação em *Diário da República*.

Publique-se.

Luanda, aos 10 de Dezembro de 2024.

O Ministro, *Albano Vicente Lopes Ferreira*.



Anexo

A que se refere o n.º 1 do Artigo 2.º

Curso de Especialização em Educação para a Saúde

1º Semestre (15 semanas)										2º Semestre (15 semanas)									
Unidade Curricular	UC	HT	Actividades lectivas			Actividades não lectivas			Unidade Curricular			UC	HT	Actividades lectivas			Actividades não lectivas		
			T	TP	P	TA	OT	AV						T	TP	P	TA	OT	AV
Estratégia e Intervenção em Educação para a Saúde	5	75	10	10	12	30	10	3	Saúde no Contexto Escolar	4	60	10	8	8	28	4	2		
Sistema e Políticas de Saúde	4	60	10	8	8	28	4	2	Resiliência na Promoção da Qualidade de Vida	4	60	10	8	8	28	4	2		
Comunicação em Saúde	6	90	8	8	20	45	6	3	Promoção da Saúde no Ciclo de Vida Individual e Familiar	4	60	10	8	8	28	4	2		
Gestão em Saúde	4	60	10	8	8	28	4	2	Gestão do Stresse, Comportamentos e Saúde	4	60	10	8	8	28	4	2		
UC Optativas (Inglês e Francês)	6	90	8	8	20	45	6	3	Estágio Supervisionado	14	210	4	4	67	115	15	5		
Ética na Promoção da Saúde	5	75	10	10	12	30	10	3											
Totais	30	450	56	52	80	206	40	16	Totais	30	450	44	36	99	227	31	13		
Total de Unidades de Crédito Anual: 60 UC										Total de horas anual: 900 HT									
LEGENDA																			
Actividades lectivas			Actividades não lectivas																
T-Aula teórica			TA – Trabalho Autónomo																
TP- Aula Teórico-Prática			OT – Orientação Tutorial																
P- Aula Prática			AV – Avaliação																

O Ministro, Albano Vicente Lopes Ferreira.

(24-0464-I-MIA)

# MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

## Decreto Executivo n.º 14/25 de 3 de Janeiro

Considerando que o Instituto Superior Politécnico do Cuanza-Sul é uma Instituição Pública de Ensino Superior vocacionada para ministrar cursos de formação graduada e pós-graduada, nos termos do disposto no artigo 29.º do Decreto Presidencial n.º 310/20, de 7 de Dezembro;

Tendo em conta que, após apreciação do processo documental inerente à criação de cursos de pós-graduação e consequente vistoria às instalações do Instituto Superior Politécnico do Cuanza-Sul, se constatou que esta Instituição Pública de Ensino Superior preenche os pressupostos legais para que nela seja, formalmente, criado o Curso de Especialização em Mecanização Agrícola e Pecuária;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com os n.ºs 1 e 3 do Despacho Presidencial n.º 289/17, de 13 de Outubro, e com a alínea e) do artigo 19.º do Decreto Presidencial n.º 310/20, de 7 de Dezembro, determino:

### ARTIGO 1.º (Criação do curso)

É criado o Curso de Especialização em Mecanização Agrícola e Pecuária, no Instituto Superior Politécnico do Cuanza-Sul, não conferente de grau académico.

### ARTIGO 2.º (Aprovação do Plano de Estudos)

1. É aprovado o Plano de Estudos do Curso de Especialização em Mecanização Agrícola e Pecuária, constante do anexo ao presente Diploma e que dele é parte integrante.

2. O Plano de Estudos referido no número anterior é realizado num total de 60 Unidades de Créditos, equivalente a 900 horas de actividades lectivas, durante um ciclo de formação de 1 ano.

### ARTIGO 3.º (Corpo docente)

O Curso de Especialização em Mecanização Agrícola e Pecuária é assegurado por um corpo docente maioritariamente em regime de tempo integral e de exclusividade, com o grau académico de Mestres e Doutores, de acordo com a legislação vigente no Subsistema de Ensino Superior.

### ARTIGO 4.º (Perfil de entrada)

1. Os candidatos ao Curso de Especialização em Mecanização Agrícola e Pecuária devem possuir uma Licenciatura ou equivalente em áreas como Engenharia Agronómica, Engenharia Florestal, Engenharia Zootecnia, Engenharia Mecânica, Medicina Veterinária, Mecanização Agrícola, Gestão Agrária, ou áreas afins, com uma média igual ou superior a 12 valores;